

Política de defesa no Governo Lula: entre o pragmatista e a governabilidade

∞ FELIPE KERN MOREIRA

DOUTORANDO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS PELA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

O objetivo do presente artigo é exercer uma análise da Política de Defesa brasileira levada a efeito durante o mandato presidencial do Governo de Lula. O presente texto é um exercício que deve levar em consideração uma diversidade de fatores por vezes interdependentes, como a herança institucional, tendências partidárias, construção histórica, panorama internacional, processo decisório, inteligência, discussão parlamentar, orçamento, indústria nacional bélica, legislação atinente.

Introdução

A análise de políticas públicas é um assunto que requer a consideração de diversos fatores tanto da esfera pública como da privada, de vetores de influência nacional e internacional, bem como da atualidade do processo decisório e da construção institucional herdada do período anterior. Considera-se também que é um ato do poder executivo que requer uma agenda pragmática onde constem objetivos definidos para a ulterior consecução por parte de diversos atores da esfera governamental. Em uma abordagem mais ampla, diversos setores da sociedade corroboram para a definição de uma agenda nacional que constantemente deve estar atenta e flexível para responder às contingências da esfera internacional. Logo, há que se diferenciar Política de Defesa do Governo e Política de Defesa no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, constituindo ambas em sua complementariedade intrínseca o objeto da presente análise.

Política de Defesa, além do caráter estático da delimitação estratégica, documental, institucional e orçamentária, é um conceito que abarca fatores dinâmicos internos e externos pela própria impossibilidade hodierna de dissociar-se as duas esferas, entendimento este básico para o entendimento da relação entre o Estado e a realidade internacional. Não se confunde contudo com política de segurança pública nos termos do Artigo 144 da Constituição Federal Brasileira.¹ Assim, distingue-se a defesa da pátria e garantia dos poderes constitucionais, que são atribuições das Forças Armadas, da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, esta exercida maioritariamente pelas estruturas policiais, como se verá a seguir.

O objetivo do presente artigo é exercer uma análise da Política de Defesa brasileira levada a efeito durante o mandato presidencial do Governo de Lula. O presente texto é um exercício que deve levar em consideração uma diversidade de fatores por vezes interdependentes, como a herança institucional, tendências partidárias, construção histórica, panorama internacional, processo decisório, inteligência, discussão parlamentar, orçamento, indústria nacional bélica, legislação atinente, etc. Portanto, a metodologia a ser utilizada difere da normalmente aplicada por acadêmicos numa acepção clássica: ao mesmo tempo em que dispensa maiores considerações teóricas, atenta para a mácula de se proceder futurismos ou mesmo opiniões infundadas. Reconhece-se portanto que o estudo do tema remete a uma série de fatores interrelacionados e que não reúne este trabalho a pretensão de esgotar cada um dos elementos supramencionados mas tão somente apontar para a necessidade de constarem como elementos informativos em um artigo com este escopo. Em resumo, se de um lado se procura considerar fatores decisivos da Política de Defesa do Governo brasileiro principalmente no que diz respeito

ao recorte temporal dos três anos de mandato presidencial, em certo sentido aponta-se para tendências, furtando-se contudo da pretensão de uma previsão inequívoca do exercício político governamental vindouro.

Herança institucional

A análise da herança institucional que antecede o Governo Lula afigura necessária para o entendimento da atual conjuntura da dinâmica da Política de Defesa brasileira, em certo sentido até mais que na política interna de outros países, visto que a criação do Ministério da Defesa e a feitura de documento declaratório acerca da Política de Defesa Nacional (PDN) são realizações imediatamente anteriores ao atual mandato e que conseqüentemente determinam o trabalho do atual Governo. Neste sentido, a criação de um Ministério da Defesa foi um compromisso de campanha do então ex-ministro das Relações Exteriores Fernando Henrique Cardoso (1994) mas que veio a materializar-se somente no segundo mandato deste enquanto Presidente. Nesta época, apenas 23 países – menos de 15% dos membros da Organização das Nações Unidas (ONU) – não contavam com uma estrutura única, integrada de seus recursos militares. As conseqüências políticas da criação de um Ministério da Defesa são decisivas para o processo decisório e se de um lado não podemos ainda admitir que exista uma esfera decisória articulada de percepção de ameaça, formulação estratégica e delimitação de uma política pragmática de defesa, por outro, admite-se que institucionalmente, a criação de uma instância decisória e executiva unificada reúne melhores condições para se atingir estes objetivos dentro de um ambiente democrático.

Do mesmo modo, a formulação do documento relativo à PDN apresenta, em certo sentido, uma ruptura com o pensamento até então predominante de influência majoritariamente castrense e particularmente oriundo da Escola Superior de Guerra, onde o foco das escolas geopolíticas e o amparo doutrinário ofuscavam fatores relevantes da política internacional bem como da atualidade do pensamento estratégico e tático. A heterogeneidade de idéias na formulação da PDN – considerando a imprescindibilidade da excelência e da tecnicidade de seus formuladores – é pressuposto fundamental para a existência de políticas públicas razoáveis, democraticamente motivadas, proporcionais à realidade nacional e internacional e, principalmente, eficientes.

O exercício governamental ao longo dos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (FHC), no que diz respeito à Política de Defesa, apresenta uma série de fatores históricos e institucionais que necessitam ser mencionados para o entendimento correto deste estudo. O processo de instalação de um Ministério da Defesa, em 1 de Janeiro de 1999 e correlatamente a nomeação do então ministro Extraordinário da Defesa refletem o grau de

envolvimento da sociedade brasileira e a inediticidade do controle civil das forças singulares desde a abertura democrática.

Em termos de política comparada pode-se avaliar que as reformas institucionais no âmbito do Governo brasileiro no que diz respeito aos assuntos militares e de defesa apresentam um descompasso em relação ao desenvolvimento internacional dos temas. A título de exemplo, após a 1ª Guerra Mundial a comunidade decisória de Política de Defesa brasileira, majoritariamente composta por militares, constatou um atraso na institucionalidade brasileira em comparação com outras potências militares. A percepção do descompasso é recorrente no final da II Guerra Mundial, fator este decisivo para a criação pela Constituição de 1946 do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Interessante apontar que esta estrutura perdurou por mais de meio século, sem que houvesse uma moção suficiente para revisões do modelo constitucional estabelecido. Além de o EMFA afigurar como estrutura que não exercia suas atribuições deontológicas, restringindo-se a uma assessoria das três forças singulares, é interessante que no período compreendido entre a abertura democrática e a criação do Ministério da Defesa não há registro significativo de críticas ao padrão institucional ineficiente criado em 1946, mesmo pela imprensa, notória adversária dos militares principalmente no período da ditadura.² Isto reflete a falta de preparo e intimidade da elite brasileira com os temas estratégicos e de defesa, fato este que motivou a declaração do ministro da Defesa Geraldo Quintão, primeiro ministro a assumir a pasta da defesa, que faltava à sociedade brasileira uma cultura de defesa. Contudo, é necessário referir que uma ala centro-esquerda do Congresso em 1960 bem como, sete anos depois, o General Castelo Branco, primeiro Presidente do regime militar, acenaram para mudanças institucionais, iniciativas estas que acabaram arrefecidas e inócuas.

As alterações no padrão institucional relacionado à Política de Defesa assumiram contornos de prioridade dentro do contexto reformista do então Presidente Fernando Henrique Cardoso que encontrou dificuldades inevitáveis no corporativismo militar, na barganha pela repartição orçamentária e no enfraquecimento da indústria bélica brasileira. Por outro lado, o trabalho intitulado «Política de Defesa Nacional» entregue a FHC em Novembro de 1996 que se trata de uma política declaratória sumária, apesar da tentativa de atualização dos padrões conceituais e da inserção estratégica brasileira no mundo pós-Guerra Fria, restou criticado no que tange à falta de coerência e densidade.

A proposta do Partido dos Trabalhadores

Após a análise da herança institucional, também é oportuno o entendimento

da proposta do Partido dos Trabalhadores (PT) e o ambiente político das eleições do segundo semestre de 2002. Neste sentido, entende-se que diferentes vertentes políticas apresentam leituras particulares do mundo e formas diferenciadas de avaliar a dinâmica das relações internacionais o que não significa que esta leitura seja estereotipada. Neste sentido, é perceptível a gradual transigência no discurso do PT em relação aos grandes temas da distribuição do poder mundial, o que pode ser notado na maior sofisticação que os setores da esquerda brasileira tiveram de imprimir as suas propostas para que a plataforma de Governo chegasse à Presidência da República.

Primeiramente, ressalte-se a tendência de, a partir de um mundo globalizado e interdependente, as vertentes políticas de esquerda tenderem a acentuar a soberania nacional em seus planos de Governo em detrimento de uma abertura à influência externa, sem pretender com a assertiva generalizar os diferentes matizes das propostas do Partido Comunista, Partido Socialista, etc. Percebe-se, desta forma, uma tendência de contraposição política à vulnerabilidade estatal associada ao fenômeno da globalização, que pode ser claramente deflagrada na proposta do Governo Lula à sociedade brasileira: «Da mesma forma, o estabelecimento de segurança e paz para a cidadania, da plena defesa da integridade territorial e de uma orientação externa que permita a presença soberana do País no mundo são condições necessárias para a construção de um Brasil decente».³

Não pode ser dissociado deste raciocínio o comprometimento de políticos como Aldo Rebelo (Partido Comunista do Brasil), articulador político do Governo Lula até meados de 2005 e José Genoíno, Presidente do Partido dos Trabalhadores tanto no interesse quanto no incentivo à discussão de temas relacionados à defesa nacional. O que chamava à atenção no início do mandato de Lula era justamente no quanto as tendências de afirmação de soberania, o modo de afirmação brasileira na América do Sul e a visão da esquerda brasileira acerca das relações internacionais incidiriam na formulação de políticas públicas.

Em termos de referência às Forças Armadas a proposta governamental do PT é mais minudente e reflete também um momento específico da disputa presidencial que merece ser referido:

«Nos últimos 20 anos, as Forças Armadas (FFAA) têm procurado estabelecer uma nova identidade. O declínio das doutrinas de segurança nacional anteriores não foi capaz de nos legar uma concepção moderna sobre o papel que as FFAA devem desempenhar em um Brasil democrático e em um mundo em que se multiplicam as ameaças à paz e à soberania das nações. As FFAA brasileiras resistem às pressões nacionais e internacionais para que venham

a desempenhar papel de polícia. As FFAA encontram-se, porém, com poucos recursos, não sendo capazes de oferecer a seus contingentes a formação e os meios compatíveis com as exigências da defesa nacional. É imperativo que o novo Governo proponha ao Congresso Nacional um debate sobre o papel das FFAA no próximo período. A partir daí será possível definir, com clareza, uma orientação para o reequipamento material das FFAA, coerente com o redesenho da PDN. O Governo Lula reforçará, modernizará e prestigiará as FFAA do país. A introdução permanente de novas tecnologias para a plena defesa do território nacional, do mar territorial e do espaço aéreo constitui um vetor fundamental para a soberania nacional. Desde já fica claro, porém, que as FFAA cumprirão sua missão constitucional, especialmente aquelas relacionadas com a defesa das fronteiras e a proteção de regiões ameaçadas em sua integridade, como é o caso da Amazônia. Elas deverão estar aptas também para desempenhar missões de paz no mundo».⁴

O tema da relação do PT com as Forças Armadas é um dos aspectos mais importantes para o entendimento do apoio de determinadas forças da malha social para que Lula chegasse ao poder ao mesmo tempo em que constitui atualmente um dos maiores desafios em termos de adequação do comprometimento de campanha ao exercício governamental.

O ambiente político que precedeu as eleições é um elemento de análise relevante e particularmente expressivo no que diz respeito às relações civis-militares, considerando as conseqüências do Decreto nº 4302 de 15 de Julho de 2002, no qual restou «autorizado o Comandante do Exército a reduzir o tempo do Serviço Militar Inicial dos conscritos incorporados em 2002 para período inferior a dez meses», e que provocou uma reação decisiva de contraposição dos militares ao Governo FHC. A dispensa antecipada dos conscritos gerou um clima de insatisfação refletido em vários noticiários da TV brasileira, tendo em vista que diversos jovens encontram no serviço militar, e no soldo recebido, uma forma de inserção social. Este panorama político de cortes orçamentários por parte do Governo anterior conjugado com o Programa do Governo do PT e a promessa de atenção privilegiada aos militares estabeleceu um choque de credibilidade decisivo para o apoio de setores substanciais das Forças Armadas à candidatura do Governo Lula. A conseqüência do compromisso assumido pelo PT que possuía um histórico de rugas com os militares – ranço este oriundo dos conflitos ideológicos da Guerra Fria materializados no embate nacional entre a ditadura e a subversão comunista – criou uma aliança que favoreceu a relação entre o partido posteriormente eleito e os militares. O raciocínio sobre o choque de credibilidade é importante na medida em que:

- muitos dos fundadores e ideólogos do Partido dos Trabalhadores, como José Dirceu, que exerceu a chefia da Casa Civil até meados de 2005, foram perseguidos ou exilados durante o regime militar que se estabeleceu de 1964 a 1984;
- em 2004 completaram-se 40 anos da revolução militar; e,
- o Presidente do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno, ter participado da Guerrilha do Araguaia, página da história brasileira constantemente revisitada pela literatura política brasileira.

Ainda, no que diz respeito às relações civis-militares, um grande debate político e acadêmico que tem sido estabelecido na América Latina é sobre o papel das forças armadas no novo cenário internacional após a Guerra Fria. No Brasil, o assunto é tema recorrente desde a propositura de Dick Cheney ao Presidente Fernando Collor de Melo de repensar-se o papel das FFAA. Apesar de ser um assunto socialmente relevante, certa imprecisão e superficialidade sobre o tema acabam ofuscando debates sociais mais importantes. Reiteradas vezes vem à tona, principalmente no que atine ao combate ao narcotráfico no Rio de Janeiro, o debate sobre as Forças Armadas exercerem ou não o papel de polícia, desviando-se, portanto de sua finalidade primária prevista constitucionalmente. Neste sentido, ainda no Governo de FHC aprovou-se o Parecer da Advocacia Geral da União:⁵ «A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no Artigo 144 da Constituição Federal».⁶

Apesar da dificuldade em estipular-se o marco milimétrico do esgotamento dos instrumentos destinados à ordem pública, principalmente em relação aos problemas promovidos pelo narcotráfico, a questão resta mais esclarecida que a percepção da mídia o faz parecer. Outro marco legal que se relaciona diretamente com a possibilidade de emprego das FFAA na garantia da lei e da ordem é o Decreto nº 3897, de 24 de Agosto de 2001, cujos pontos basilares são: a competência exclusiva do Presidente da República para decidir sobre a matéria e serem de caráter episódico com a menor duração possível. Quanto ao esgotamento dos instrumentos destinados à ordem pública, o marco legal fixou como critério a ocorrência de as forças policiais se encontrarem indisponíveis, inexistentes, ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional. A consequência institucional desta abertura legislativa foi a transformação da 11ª Brigada de Infantaria Blindada, sediada em Campinas, São Paulo, em uma Brigada de Garantia da Lei e da Ordem que busca resolver

o problema colocado muitas vezes no debate da falta de preparo dos militares para executar o patrulhamento ostensivo. Finalmente, há que se reconhecer que a definição destes critérios contribuíram para diminuir, ainda sob o Governo Cardoso o mal estar que causava o debate sobre a mudança do papel constitucional nas FFAA.

A Política de Defesa do Governo Lula

Após quase três anos de exercício governamental do Presidente Lula, entende-se que já é possível estabelecer uma visão clara da ação governamental em termos de Política de Defesa; e mais, acredita-se que o panorama de adoção de políticas públicas não irá mudar substancialmente em relação à avaliação estabelecida neste artigo. As linhas subseqüentes procuram antes de tudo suscitar a discussão a partir de dados que exercem influência sobre o assunto tratado, gravitando em torno de temas inter-relacionados como considerações históricas; jurídico-institucionais; prioridades estratégicas; do aporte privado (indústria bélica nacional); das limitações dos projetos nacionais e das discussões parlamentares; certamente, não esgotando toda a miríade de desdobramentos dos fatores atinentes à Política de Defesa do atual Governo Federal.

Choque de credibilidade *versus* choque de realidade

Os primeiros raciocínios do tópico antecedente procuraram demonstrar o choque de credibilidade que a plataforma de Lula causou no ambiente das FFAA, com o compromisso expresso de implementação de políticas de prestígio aos militares. Desenvolveu-se também o argumento referente ao quanto a dispensa dos conscritos contribuiu para uma falta de apoio dos militares ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido que efetivamente foi ao segundo turno das eleições com o PT. A rigor, ao choque de credibilidade seguiu-se o choque de realidade onde o pedido de demissão do ministro da Defesa José Viegas revela uma situação de desconforto na relação entre a cúpula do poder Executivo. Mais que isto, a nomeação do Vice-Presidente José Alencar para ocupar a pasta confirma o projeto de viabilidade governamental que dá azo ao título deste artigo. A fragilidade das relações civis-militares, a priorização de outras áreas temáticas na esfera governamental e a contemporização da condução da Política de Defesa de forma apropriada criam uma conjuntura política onde a administração da crise é o foco prioritário e a adoção de medidas paliativas o caminho possível. O que é necessário compreender quando cientificamente se visa escrever sobre Política de Defesa do Governo Lula é que a crise política está superando as iniciativas de governabilidade em virtude de uma insatisfação sistêmica no seio das FFAA. Para me-

lhor entender os fenômenos preambularmente dispostos, este artigo passará a fazer um exercício de entendimento da escolha do primeiro ministro da Defesa no Governo Lula, o diplomata José Viegas, e da sucessão do cargo até então ocupado pelo Vice-Presidente José Alencar.

O entendimento do processo decisório possui como um de seus elementos a característica dos atores envolvidos. Neste sentido, a escolha de um ministro da Defesa para o Brasil, considerando as atribuições complexas deste *munus*, acaba por exigir conhecimentos de política internacional, administração pública, institucionalidade militar e, ainda, um mínimo de conhecimento de aspectos técnicos de defesa como estratégia e armamentos. O primeiro ministro da Defesa no Governo Lula, José Viegas, possui em seu *background* além da experiência como embaixador em Moscou, Lima e Copenhagen, participação em grupo de trabalho de Cooperação Industrial-Militar entre o Brasil e Estados Unidos da América (EUA) em 1983, a chefia de representação do Itamaraty nas reuniões de Planejamento Político com as FFAA e EMFA em 1991–94, participou como Chefe da Missão da Adesão do Brasil ao *Missile Technology Control Regime* e Chefe de delegações brasileiras em encontros sobre medidas de confiança na América do Sul (1995), sobre Armas Convencionais (1995–96) e proscrição de Minas Terrestres. O quanto a experiência pessoal do ministro Viegas possui relação com a tentativa de colaboração do Programa do Governo Lula com nações de poder bélico considerável como Rússia, China e Índia é matéria relevante para a estruturação do presente discurso.

Em entrevista, o ministro Viegas deixou claro que a prioridade atribuída pelo Presidente Lula é a crescente integração do espaço sul-americano ao mesmo tempo em que manifestava sua opinião pessoal em relação a esta meta, onde o tema que mais o chamava a atenção eram os conflitos relacionados com a Colômbia. Apesar de, refere o ministro, a imprensa freqüentemente especular sobre supostas atividades das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em território brasileiro – assinala-se aqui o caráter por vezes dual da política do PT em relação às FARC tendo em consideração a recepção de guerrilheiros pelo Governo Estadual do PT gaúcho em 2001 que comprometeu a gestão e constituiu fator para a não reeleição –, o Governo brasileiro está pronto para repelir com todo o vigor qualquer transgressão de fronteiras.⁷ Além destas considerações, a dotação orçamentária, a necessidade de aumentar efetivos e equipamentos militares na região amazônica e a realização de exercícios combinados em áreas fronteiriças à Colômbia e Peru como a Operação Timbó afiguravam como temas de maior importância no pensamento do ministro.

As circunstâncias que levaram à demissão do ministro Viegas em 22

de Outubro de 2004, muito embora sejam de fundo pessoal e político, revelam muito das circunstâncias reais da condução da Política de Defesa. Primeiramente dizem respeito à situações mal resolvidas do passado recente brasileiro, o que não difere da realidade de diversos países latinos. Viegas atribuiu sua demissão ao teor da nota divulgada pelo Exército em relação às fotos em um primeiro momento atribuídas ao jornalista Vladimir Herzog, encontrado morto em 1975 na prisão onde havia uma postura de anuência com os abusos do regime militar. Posteriormente constatou-se que as fotos eram de um padre canadense mas o ocorrido foi de fato somente a ponta do *iceberg* que revelou as arestas da relação entre civis e militares na condução dos assuntos de defesa. A insatisfação de Viegas ficou registrada em seu pedido de demissão: «Embora a nota não tenha sido objeto de consulta ao Ministério da Defesa, e até mesmo por isso, uma vez que o Exército Brasileiro não deve emitir qualquer nota com conteúdo político sem consultar o Ministério, assumo a responsabilidade que me cabe, como dirigente superior das Forças Armadas, e apresento a minha denúncia».⁸

Os motivos que levaram o ministro Viegas a deixar a pasta da Defesa segundo uma tentativa de apreciação imparcial dos fatos políticos é o que se chama de choque de realidade. Muito há de especulação e história de bastidores, o que é perfeitamente aceitável e plausível, mas dois fatores foram decisivos para a formação do cenário: o desafio da condução dos assuntos militares por civis e a não concretização da expectativa de prestígio orçamentário às forças singulares, tanto do ponto de vista do soldo como da aplicação de recursos mais substanciais nos projetos relacionados à defesa como compra de armamentos e munição, qualificação e atualização tecnológica das forças singulares, aporte aos exercícios e reformulação institucional, entre outros.

A nomeação do Vice-Presidente José Alencar só confirma esta análise. No primeiro momento a nomeação buscou agregar no discurso político a demonstração do prestígio político das FFAA já que se estava destinando o Vice-Presidente para ocupar tão importante posto. A verdade é que José Alencar é um político de consenso e um administrador competente e este é o perfil de ministro da Defesa que o Brasil necessita para garantir a viabilidade governamental. Alencar não é um conhecedor de política internacional, de tecnologia bélica, de regimes nucleares e muito menos de questões técnicas de defesa. Mas, por outro lado não é isto que pragmaticamente o Presidente Lula quer para a finalização de seu mandato. O choque de realidade que setores da sociedade impõem demonstram que se busca muito mais a viabilidade governamental do que a consecução de objetivos estratégicos brasileiros.⁹

Estas considerações políticas introdutórias não invalidam avanços efetivos alcançados pelo Governo Lula mas ajudam no exercício de compreen-

são a que este artigo se propõe discorrer. Os aludidos avanços em matéria de Política de Defesa entretanto situam-se mais na gestão do ministro Viegas e não invalidam o mérito e a contribuição de seu sucessor. O que se procura demonstrar é que o atual ministro investe muito mais esforço na condução do equilíbrio das forças sociais do que na condução de projetos específicos congruentes com o discurso de política externa brasileira. O que será debatido posteriormente é justamente a dimensão da estratégia proposta ou levada a cabo no âmbito da Política de Defesa brasileira.

- A criação do Grupo de Amigos da Venezuela representou um passo interessante nas relações externas brasileiras e os resultados desta ação não se esgotam com o findar da mediação. Não fica evidenciado se a postura do Governo Lula foi fruto de um planejamento pragmático ou de desorientação política, sendo relevante o fato de que o Secretário Geral da Organização de Estados Americanos (OEA), César Gaviria, auxiliou na formação do grupo. Pergunta-se ainda se estiveram presentes nos discursos os riscos de o conjunto de países que apoiam a solução mediada estarem prontos para o envio de tropas em uma eventual operação de pacificação ou mesmo de reestruturação de atividades administrativo-burocráticas.
- A postura brasileira em relação à Colômbia também possui contornos de mediação. Este aspecto da política latino-americana detém íntima relação com a segurança hemisférica, onde o discurso oficial brasileiro restringe-se à manifestação sobre o resguardo fronteiriço e a não intervenção.
- A moção internacional no sentido da reforma da Carta das Nações Unidas e a busca de um assento permanente no Conselho de Segurança. Este seria, em certo sentido, o reconhecimento internacional de uma liderança regional brasileira. O que não foi suficientemente tornado público é em quanto o Brasil assumiria a contra prestação de seu novo *status* em termos financeiros e de participação em missões de implementação de paz.
- A declaração oficial do Brasil, contrário à intervenção dos EUA no Iraque, que passou a ser um fator relevante de uma postura sobre segurança internacional e relaciona-se com o ponto anterior na medida do interesse dos EUA em um posicionamento brasileiro decisivo no órgão de cúpula da ONU.

Prioridades estratégicas

Face às prioridades estratégicas apostas pelo discurso ministerial, entende-se ser oportuno através da análise dos discursos oficiais do Presidente da República e dos ministros, fazer um desdobramento das diferentes matizes que o assunto assume.

Plano internacional

Percepção dos Estados Unidos da América

Não é estranho que o ministro Viegas tenha começado seu discurso na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara de Deputados, em 14 de Maio de 2003 com uma referência aos EUA – país com uma posição especial em um mundo «uni-multipolar», dentro de um contexto de análise macro-estrutural. Considerando, portanto a incidência dos atentados de 11 de Setembro em todo sistema internacional, faz referência que o futuro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o do próprio Conselho de Segurança suscitarão discussões acaloradas, principalmente no que tange aos aspectos de legalidade e legitimidade para a atuação da política externa do Governo estadunidense.

A reunião de Viegas com Donald Rumsfeld em Julho de 2003, no âmbito do discurso político marcou-se pelo reconhecimento mútuo do papel chave do Brasil na promoção da paz e estabilidade democrática na América Latina. Mais uma vez acentue-se a lacuna no discurso institucional na consideração do ônus que implica o reconhecimento deste papel, o que nas palavras de Clóvis Brigagão se traduz:

«A aspiração do Brasil para ocupar um lugar no Conselho de Segurança da ONU representará ter uma mais consistente e permanente participação e mesmo que o Brasil participe no Grupo de Amigos da Ação Rápida na ONU (*Friends of Rapid Deployment*), decisão de nossa diplomacia, o fato é que o Brasil tem limitações consideráveis e nos impede de assumir um compromisso nessa área. Nosso perfil é prejudicado pela limitação de meios para a ação e os presumidos altos custos continuam sendo uma justificativa que limita uma maior presença brasileira. Mas, sabe-se que os gastos envolvidos com as missões de paz são devolvidos pela ONU, dentro de tabela fixa, com a cotização entre todos os Estados-membros. O argumento do custo tem alguma validade em relação ao fluxo de caixa, de baixa credibilidade dada a dimensão da balança comercial brasileira ou, ainda, na questão da dívida e abandono dos equipamentos suplementares, fora da contabilidade da ONU, de uso exclusivo brasileiro, o que não parece ter sido o caso em qualquer instância passada. A persistência da justificativa do custo é, assim, um fato que desafia o que se obtém pela análise dos fatos disponíveis.»¹⁰

Multilateralismo

Reconhecendo que o unilateralismo enfraquece a ONU, o Brasil vislumbra como vetor de política externa a necessidade do multilateralismo e da democratização dos espaços decisórios internacionais, o que afigura como uma certa

tradição da política internacional brasileira. São facetas da vertente multilateral brasileira também, a operacionalização de participação do Brasil em Missões e Operações de Paz, as Reuniões Bilaterais de Defesa como a Argentina e EUA, as Conferências de Ministros da Defesa das Américas, as Reuniões de Ministros de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o Plano de Cooperação Técnico-Militar do Brasil com os países da CPLP. Neste sentido, recentemente, o Governo brasileiro recebeu gestão do Secretariado da ONU em relação à situação do Congo Oriental e forneceu transporte aéreo para um batalhão de soldados uruguaios atuarem na região.

Ainda, as críticas à intervenção dos EUA no Iraque e a prontidão brasileira em contribuir de forma mais efetiva para os fóruns multilaterais, em específico, para uma revisão da Carta de São Francisco e o reordenamento do Conselho de Segurança são elementos que merecem ser referidos, admitindo-se, contudo, que se situam mais na esfera da projeção de poder internacional do que da PDN.

Assim a atuação do Brasil em Missões de Paz, como atualmente na função de comando das forças da ONU no Haiti e no processo de pacificação do Timor, busca legitimar o discurso brasileiro de pretensão ao assento permanente no Conselho de Segurança, que implica na admissibilidade de potência líder na América Latina. As Missões de Paz possuem suas vantagens como a adequação das brigadas brasileiras ao padrão ONU, um reforço no soldo dos soldados, contribuição ao currículo destes para a carreira militar e a exposição das forças brasileiras às situações reais de combate. Por outro lado, há que se perguntar se além destas vantagens comezinhas há a adequação do poderio militar brasileiro às suas pretensões na política internacional. A própria sociedade brasileira alheia aos debates sobre intervenção e conflitos armados não está preparada para ver seus soldados morrendo em campos de batalha na possibilidade de o Brasil assumir responsabilidades maiores como *manu militaris* do Conselho de Segurança. Além disto, o pragmatismo chinês e argentino, que tem recusado apoio ao Brasil, e os termos da atual proposta de reformulação da ONU que confere o assento permanente sem o poder de veto, tornam a aspiração brasileira mais real no campo do discurso político do que no efetivo exercício de poder internacional.

Plano regional

Integração Latina Americana

A intensificação das relações existentes entre as FFAA na América do Sul, além de ser a prioridade da agenda de defesa brasileira, assumiu contornos de discussão internacional a partir das declarações do Chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu em Novembro de 2003, no encerramento do 4º Fórum Ibero-

-Americano, em Campos do Jordão, São Paulo. A argumentação do ministro Dirceu deu-se no sentido da defesa de uma ação conjunta de países latino-americanos no combate ao narcotráfico na Colômbia, incidindo sobre uma diminuição de uma área de influência estadunidense na região: «Senão, os EUA ocuparão a Colômbia. E se ocuparem, não sairão de lá jamais. Isso quer dizer que estarão ocupando a Amazônia». A declaração esbarra na falta de equipamento das FFAA brasileiras que passou a ser assunto da reunião do ministro Viegas com o Presidente Lula na semana subsequente às declarações. Ainda, Viegas fez questão de esclarecer que a integração referia-se à indústria de defesa e não incluía o envio de tropas para outros países. A ressalva é prudente levando em conta que estabelecer uma aliança militar implica em estabelecer padrões para compatibilidade de forças, sobretudo de armamento.

A imprensa brasileira ensaiou uma interpretação da Política de Defesa do Governo Lula a partir do cenário político supracitado que merece menção:

«Sempre muito distante do problema colombiano, o Brasil começou a revisar essa postura [de certa indiferença quanto a um comprometimento maior com o problema do narcotráfico na América Latina] movido por dois fatos recentes. A oferta do território brasileiro, feita pelo Presidente Lula, em meados de Setembro, para uma negociação entre o Governo Álvaro Uribe e a guerrilha das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), sob supervisão das Nações Unidas (ONU), é uma peça dentro da engrenagem diplomática que tenta breçar o aumento da presença e influência dos EUA na América do Sul. O Governo Lula quer, no mínimo, dividir influências. Os pontos de mutação foram estes: 1) a presença militar dos EUA na base aeronaval de Manta, no Equador, desde Julho do ano passado; 2) a passagem por Bogotá, em Agosto, do chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas Norte-Americanas, Richard Myers e do secretário de Defesa, Donald Rumsfeld.»¹¹

No contexto das presentes considerações, não poderia a presente análise furtar-se de referir a Reunião de Ministros de Defesa realizada em 23 de Abril por ocasião da Feira de Defesa da América Latina que afigura como primeira iniciativa histórica neste sentido. A realização simultânea de uma Feira de Defesa e Reunião Ministerial Internacional aponta para a vertente econômica, ou seja, a possibilidade de integração de bens e serviços de uso militar e dual como o que ocorre na OTAN.

Colômbia

Considerada a principal preocupação da Política de Defesa brasileira relativa a um país fronteiriço, o temor é advindo de uma percepção da possibilidade

de atividades das FARC dentro das fronteiras nacionais brasileiras que chegou a ser referido como o *santuário* dos revolucionários. A alegada percepção ganha vulto quando tomados em consideração a preocupação estratégica com a vulnerabilidade amazônica e os crimes transnacionais. O Ministério da Defesa tem sido incisivo na inequivocidade de uma resposta imediata brasileira a qualquer incursão em território nacional.

Tríplice Fronteira

A Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, a partir dos atentados de 11 de Setembro, passou a ser uma prioridade da agenda brasileira de defesa, demandando uma maior intensificação da atuação da inteligência brasileira, principalmente no ponto focal do município de Foz de Iguaçu. A atuação das comissões *ad hoc* bem como as negociações do Grupo 3+1 resultaram de manifestações de inquietação com a possível presença de pessoas ligadas a atividades terroristas. Em 27 de Maio de 2003, ministro Viegas em sua intervenção na VI Reunião dos Ministros da Defesa dos Países de Língua Portuguesa, em São Tomé e Príncipe, manifestou que: «Felizmente, não existe terrorismo brasileiro nem anti-brasileiro. Não obstante, juntamo-nos com determinação ao afincamento de nossos parceiros para fazer frente a este tipo especialmente hediondo de violência». A posição do ministro encontra amparo nas declarações oficiais à Imprensa do Grupo 3+1 e reflete uma manifestação homogênea em uníssono do Ministério das Relações Exteriores e Polícia Federal.

Plano interno

Reformas institucionais

Na esfera institucional, como já foi mencionada, a prioridade é da integração das Forças Singulares com a organização de exercícios e operações combinadas como a Operação Timbó, em Maio de 2003, nas bacias hidrográficas dos Rios Japurá, Alto Solimões, Juruá e Javari. Na mesma esfera das reformas institucionais, registra-se a criação do Centro de Operações do Comando Supremo, que possui como finalidade ser um centro de gerenciamento de informações em nível de processo de tomada de decisões, especialmente pelo Presidente da República na possibilidade de um eventual conflito.

Logisticamente, a implantação de um Sistema Nacional de Mobilização e de um Sistema de Catalogação das Forças Armadas surgem como resposta a demandas não recentes e que instrumentalizam um domínio tático das FFAA que até então não era viável. Na área social e no sentido da proposta de valorização das FFAA, estão sendo levadas a cabo atividades inter-ministeriais (Ministério da Educação e Ministério das Comunicações), capacitação dos conscritos para melhor inserção no mercado de trabalho, ajuda no Programa

Fome Zero, ajudas em assentamentos do Movimento Sem Terra e a alfabetização de adultos sem prejuízo das atividades operacionais militares.

No atinente a objetivos sensivelmente dependentes do lastro orçamentário encontram-se: o projeto do submarino nuclear da Marinha Brasileira; o programa espacial e a licitação para a compra de Caças da Aeronáutica; e, o reordenamento de unidades na Amazônia, a capacitação para as forças de ação rápida, renovação e compra de blindados e projetos na área de comunicações e guerra eletrônica para o Exército brasileiro.

Assinale-se o que cada um destes projetos, embora envolvendo setores onde há a necessidade de proteção de informação, representa avanços substanciais para o Parque Industrial Brasileiro. Em particular, o projeto nuclear brasileiro e o Veículo Lançador de Satélites (VLS) possuem desdobramentos já efetivados. Quanto ao VLS, após a viagem à Índia em 2003, ministro Viegas dirigiu-se imediatamente à Rússia, país do qual possui conhecimento mais profundo por ter sido embaixador. A viagem indica a possibilidade de uma cooperação entre Brasil e Rússia na área espacial, considerando a expressiva perda ocorrida com o acidente na Base de Alcântara em 22 de Agosto de 2003 com a perda de 21 técnicos e engenheiros do Instituto de Aeronáutica e Espaço, vinculado ao Centro Técnico Aeroespacial. A cooperação, que seria muito interessante – já possuímos cooperação na área de propelentes líquidos – para os dois pólos, possibilitaria ao Brasil ultrapassar as limitações tecnológicas de sua atual parceria – a Ucrânia – permitindo lançamentos não somente em órbitas elípticas, mas geoestacionárias. Já em relação ao projeto nuclear brasileiro, embora o descrédito atribuído por setores nacionais, em Janeiro de 2004, Ira Chernus, co-director do Programa de Estudos de Conflito e Paz da Universidade do Colorado, publicou um artigo onde manifestava a possibilidade de o Brasil desenvolver a bomba nuclear e a importância da consideração deste fator para reeleição de George W. Bush.¹² Embora claramente desconhecendo nossas limitações constitucionais e o próprio mote militar do projeto de propulsão submarina, o que chama a atenção é a percepção de determinados atores sobre os eventuais desdobramentos de uma Política de Defesa brasileira.

Outros temas que vêm à baila quanto às reformas institucionais são justamente a reformulação da atual PDN e a criação de uma Escola Nacional de Defesa. Quanto à reformulação da atual PDN, a academia tem, em muito, colaborado para esta discussão. Se em um passado recente as críticas quanto às contradições (dissuasão e política defensiva) formuladas por Geraldo Cavagnari e os conflitos de competência e anacronismo conceitual formuladas por Domício Proença e Eugenio Diniz, marcaram o debate, o atual Governo decide realizar uma efetiva discussão nacional e institucional en-

volvendo os Ministérios da Defesa, Ciência e Tecnologia e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), reunindo políticos, acadêmicos, militares, diplomatas e jornalistas em Itaipava, Rio de Janeiro, no sentido de estabelecer uma reformulação do pensamento brasileiro em matéria de defesa e segurança. A partir destes esforços foi encaminhado à Casa Civil da Presidência da República o novo documento declaratório de Política de Defesa. No mesmo sentido, a formação de um pensamento nacional estruturado fomenta a criação de uma Escola, segundo o pensamento de Domicio Proença: «[Nem] o Estado-Maior de Defesa (nem a Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais) tem uma Escola que lhe seja dedicada. Não existe instituição existente capaz de assumir esta tarefa. Trata-se assim de reconhecer a necessidade da criação de uma Escola de Defesa, orientada para a formação dos quadros e para a consideração política e científica da segurança e defesa em seu mais alto nível hierárquico. Esta é uma das prioridades mais elevadas em qualquer esforço de atualização do pensamento brasileiro em matéria de defesa e segurança».¹³

Em recente evento denominado IV Seminário de Defesa Nacional, realizado no Rio de Janeiro em Novembro de 2003, uma das discussões que se estabeleceram foi justamente no quanto as Escolas Militares, como a Escola Superior de Guerra (ESG) ou a Escola do Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), suprem esta lacuna e, na possibilidade de reformulação, qual o modelo a ser adotado. De qualquer forma, é um debate que começa a tornar-se mais efusivo.

Amazônia

A Amazônia Legal permanece sendo uma região de prioridade estratégica. Ainda antes da criação do Ministério da Defesa e da feitura da PDN, o ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, em Dezembro de 1995, na V Reunião de Relações Exteriores dos Países-Membros do Tratado de Cooperação Amazônica, manifestava a importância da ECO-92 para restabelecer o debate sobre segurança na América Latina a partir do desenvolvimento sustentável. A influência da temática ambiental e a reafirmação de a região amazônica ser preocupação primordial do Governo, cujos projetos Calha Norte e Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), constituem pilares institucionais.

Dois foram os projetos nacionais de defesa internacional no pós-Guerra Fria: o Projeto Calha Norte e o SIPAM, cada qual com sua motivação específica. O que se pode afirmar preambularmente é que o primeiro é uma implementação de políticas, o segundo é um híbrido da implementação de políticas e o próprio sistema de percepção da ameaça. O raciocínio é que o Sistema de

Vigilância da Amazônia (SIVAM), além de responder a demandas específicas, colhe dados sobre os quais irão incidir novos processos decisórios, o que não ocorre com o Calha Norte.

Em 25 de Julho de 2002, durante a cerimônia presidida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi posto em operação o SIVAM, exatos cinco anos após o início dos trabalhos de implementação. A inauguração do Centro Regional de Vigilância (CRV) de Manaus, o primeiro de três CRV ligados ao Centro de Coordenação Geral (CCG), com sede em Brasília, permitiu a imediata e plena cobertura de uma área de aproximadamente 600 mil km² dentro da região amazônica. Com os outros CRV de Belém e Porto Velho, o SIVAM controlará 25 estações de radar e 20 unidades de vigilância. O sistema apresenta uma grande fusão de consórcios que incluem empresas estrangeiras e nacionais e, em complementação aos aspectos de monitoração, remota o projeto e inclui a atualização eletrônica das aeronaves F-5, aquisição dos A-29 Super-Tucanos, das aeronaves R-99 A e B e na aquisição de futuras aeronaves para substituir os envelhecidos Mirage F-103, que abrem possibilidades múltiplas para o estabelecimento de compras incluindo *off set* de manutenção e troca de tecnologia.

O processo licitatório do SIVAM bem como a questão dos códigos-fonte dos *softwares* suscitaram inúmeras controvérsias políticas que ultrapassam o mote deste trabalho. Outras aquisições de armamentos, vendas de armas e desenvolvimento de tecnologia nacional, principalmente pela EMBRAER e AVIBRÁS, têm também despertado críticas, como a aquisição do porta-aviões São Paulo e dos blindados. O pensamento que pontua as críticas é, em suma, a falta de investimento em tecnologia nacional, a falta de proporcionalidade entre as aquisições e a possibilidade efetiva da ameaça se concretizar, e a noção de *combined arms*, ou seja, a má utilização das forças.

Nesse contexto surge também a discussão sobre a Lei do Abate que, apesar de aprovada em 1998 pelo Congresso Nacional e sancionada em Março do mesmo ano, acabou por pressão estadunidense engavetada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e só veio a ser regulamentada em 19 de Julho de 2004, por meio do Decreto nº 5144, de 16 de Julho de 2004. Importante ressaltar que a Lei foi inclusive tema constante na agenda de discussão quando do encontro entre o ministro Viegas e Donald Rumsfeld, em Julho de 2003. Declarações como a do Brigadeiro Carlos Alberto Batista refletem o sentimento da Força Aérea Brasileira: «No Peru ninguém entra. Eles já abateram mais de 50 aviões clandestinos – em 2000 – com os nossos Tucanos que eles usam lá». De fato, a dificuldade do debate nacional não é exclusividade brasileira, visto que, em 2003, se desenrolou na Alemanha discussão parlamentar sobre a Lei de Abate a Aeronaves, a pretexto da possibilidade de ataques ter-

roristas. No Brasil, por sua vez, Fernando Gabeira, parlamentar de expressão e ex-presidenciável, situou a Lei do Abate como agressão aos direitos humanos, o que foi seguido pelo então Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA) e da Rio Sul Linhas Aéreas, George Ermakoff. A falta de tecnicidade que cinge o debate desconsidera completamente as normas IMA 100-12 (Conjunto de Regras do Ar e Serviços de Tráfego, aprovado pela Portaria da Diretoria de Eletrônica e proteção de Voo, do Ministério da Aeronáutica, em 25/06/1999), que regulamenta o roteiro na conduta de interceptação: reconhecimento à distância, acompanhamento discreto, interrogação, mudança de rota, pouso forçado, tiro de aviso e tiro de destruição.

A regulamentação da Lei do Abate no Brasil acarreta a responsabilidade do Estado brasileiro em utilizar a medida de destruição, a ser autorizada pelo Comandante da Aeronáutica, e que consiste no disparo de tiros feitos pela aeronave de interceptação, com a finalidade de provocar danos e impedir o prosseguimento do voo da aeronave hostil, e somente poderá ser utilizada como último recurso e após o cumprimento de todos os procedimentos que previnam a perda de vidas inocentes, no ar ou em terra.¹⁴ Considerando-se que em 2003 foram registrados 4128 «tráfegos desconhecidos» no país,¹⁵ a possibilidade do abate a aeronaves é um instrumento de concretização e finalização do grande projeto de vigilância amazônica.

Considerações sobre a discussão parlamentar

A discussão parlamentar sobre defesa nacional é um dos debates de menor efusividade no Brasil e esta consideração faz parte do raciocínio já citado do ex-ministro Quintão sobre a falta de uma cultura de defesa, o que também encontrará reflexos na questão de relação entre defesa e mídia. Se a Comissão de Defesa Nacional nos EUA é o foco das *high politics*, no Brasil, o fórum parlamentar de maior prestígio é a Comissão de Constituição e Justiça. Desta feita, nos últimos anos não tem se estabelecido substanciais debates, e não se quer dizer que não existam, sobre as questões que são correlatas à defesa nacional mas, por outro lado, há aspectos que sinalizam para uma possibilidade de mudança de rumos. Neste sentido aponta-se não para uma mudança de posicionamento em virtude da retomada dos assuntos militares na mídia e na centralidade do debate internacional, mas para as próprias forças sociais, *lobby* da indústria nacional e a necessidade de homogeneização e coerência de política públicas.

Quanto ao *lobby* da indústria nacional, a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria da Aeronáutica Brasileira, no final do segundo semestre de 2003, sinalizou para uma discussão política brasileira atinente à Política de Defesa como nunca se viu no Brasil. Refiro-me à composição de um gru-

po heterogêneo – o grupo possui como Presidente o deputado Marcelo Ortiz (Partido Verde) e como Vice-Presidentes Delfim Netto (Partido Progressista Brasileiro) e Paulo Paim (PT) – formado por 150 parlamentares de todos os partidos que defendem abertamente a incorporação de tecnologia à indústria nacional na licitação dos caças, com preferência ao consórcio Embraer/Dassault, para construir o supersônico Mirage 2000BR. Em uma atitude sintomática um dos componentes referiu que os parlamentares só agora estavam aprendendo a fazer *lobby* pelas indústrias como os americanos. Interessa é o quanto o atual debate pode contribuir para o saneamento de outros setores – a indústria nacional de equipamentos de defesa em deflagrada crise financeira, fortemente motivada pela carga tributária (até 42%) – e a diferença de tratamento entre a indústria estrangeira e nacional (as estrangeiras são isentas de impostos).

No final desta discussão seguiu-se um momento de silêncio do Congresso Nacional brasileiro em relação aos temas de defesa nacional. Prova da dissociação entre o debate parlamentar e o *lobby* da indústria bélica nacional, da política estratégica implementada é o anúncio, no começo de Junho de 2005, da compra de 12 Mirage 2000-C usados da França, negócio este que envolve US\$ 60 milhões e serve de paliativo para situação de sucateamento dos Mirage IIIEBR baseados em Anápolis, que fazem a defesa da soberania aérea brasileira. Os Mirage 2000-C, com vida útil de 15 anos, ficam muito aquém da necessidade real da força aérea brasileira que durante o processo licitatório sempre apontou para a necessidade de aeronaves com capacidade de BVR (além do alcance visual).

Considerações finais

A Política de Defesa no Governo Lula obteve seus maiores avanços durante a primeira metade do mandato quando, após o choque de credibilidade, os militares operavam segundo a perspectiva da valorização das forças singulares. A demissão do ministro Viegas e os constantes protestos das famílias de militares pelo aumento do soldo e valorização da carreira militar, são fatores inequívocos do visível descontentamento dos setores sociais ligados às forças singulares. Neste sentido, Política de Defesa, após um período de avanços, resume-se na segunda metade do mandato do Governo Lula à administração da insatisfação no seio das FFAA.

A tentativa de pragmatismo na política externa por parte do Governo Lula, com a atuação de uma diplomacia mais assertiva, esbarra na limitação das forças militares brasileiras. Limitações estas de ordem cultural, institucional e, principalmente hoje, orçamentária. No cálculo estratégico das cúpulas decisórias a priorização do equilíbrio econômico e do *superávit* primá-

rio implica na dissociação entre o discurso diplomático do Brasil e o efetivo poderio militar nacional. A crise possui não somente uma dimensão de soldo mas também de atenção aos projetos de modernização das FFAA e de revisão saudável do passado recente brasileiro. A solução para tal desafio é entre outros a criação de uma carreira de Estado para o Ministério da Defesa, que possibilitasse o convívio harmônico entre civis e militares. A administração de crises institucionais para a garantia de governabilidade, que nada mais é do que contemporizar temas desafiadores da malha social brasileira, deve ceder lugar suficiente ao pragmatismo, de forma a substituir o discurso altruísta de política externa brasileira.

Finalmente, a Política de Defesa no Governo Lula assume matizes tanto de continuidade como de ruptura, e a eficiência desta não depende somente de um plano governamental mas da iniciativa dos tomadores de decisão como tentou demonstrar-se neste trabalho de análise conjuntural. Ao mesmo tempo em que o cenário aponta para mudanças institucionais, a vinculação legislativa impede uma definição de instâncias decisórias eficientes. Ademais, a intensificação do debate em torno de temas de defesa é uma realidade nacional à qual se vincula a necessidade de um maior rigorismo no trato da matéria. Procurou-se, portanto, antes de tudo, trazer informações para o debate de forma a mais fomentar do que estabelecer parâmetros e, com o escopo sempre presente, de colaborar com o debate acerca de tema.

Notas

- 1 «Artigo 144: A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I – Polícia Federal; II – Polícia Rodoviária Federal; III – Polícia Ferroviária Federal; IV – Policiais Civis; V – Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares».
- 2 Roberto Lopes, «Penúria vai afectar defesa» (*Jornal do Brasil*, 4 de Agosto de 2002).
- 3 Programa do Governo 2002: Coligação Lula a Presidente [<http://www.pt.org.br/>].
- 4 *Idem*.
- 5 Advocacia Geral da União, Parecer AGU/TH/2/2001 (29 de Julho de 2001).
- 6 Lei Complementar nº 97/1999, Artigo 15, parágrafo 2.
- 7 Entrevista com o ministro da Defesa José Viegas (*Padeceme*, nº 5, 2003), pp. 5–10 [http://www.eceme.ensino.eb.br/padeceme/padeceme2003/informativo3/revista_2quadr_2003.pdf].
- 8 «José Viegas pede demissão e Vice-Presidente assume Ministério da Defesa» (*Folha de S. Paulo*, 4 de Novembro de 2004).
- 9 O site Defesa@Net manifestava em 12 de Maio de 2005 que «desde que Alencar assumiu não despachou uma única vez com o assessor parlamentar da defesa (...) os projetos das Forças Armadas vão sendo tocados pelos comandantes de cada força (...) e se as Forças Armadas não perderam mais recursos foi porque os comandantes atuaram junto ao congresso» [<http://www.defesanet.com.br/md/inforel12maio5.htm>].
- 10 Disponível em [<http://www.defesa.gov.br/ciclodebates/textos.htm>].
- 11 Rui Nogueira, «SIVAM, a Ferrari sem rodas» (*Primeira Leitura*, nº 20, Outubro de 2003).
- 12 Ira Chernus, «Is Brazil in Love with the A-Bomb» (*Brazzil Magazine*, 1 de Janeiro de 2004).
- 13 Disponível em [<http://www.defesa.gov.br/ciclodebates/textos.htm>].
- 14 Artigo 5 do Decreto nº 5144, 16 de Julho de 2004, publicado no *Diário Oficial da União* em 19 de Julho de 2004.
- 15 Hugo Marques, «Lula decreta Lei do Abate» (*Jornal do Brasil*, 19 de Julho de 2004).



Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança

O DESAFIO DA ÁGUA NO SÉCULO XXI

entre o conflito e a cooperação

Coordenação científica de Viriato Soromenho-Marques



Esta obra analisa o problema essencial da água sob o duplo prisma do risco e da oportunidade. Num certo sentido, a gestão sustentável da água constitui uma tarefa que condensa outras questões associadas à agenda do século XXI, que é a da construção de uma civilização planetária sustentável. As políticas da água nos planos regional, nacional, internacional e global oferecem condições propícias para o desenvolvimento de iniciativas, de políticas e de instituições, apontando no sentido da cooperação compulsiva, que consiste na valorização dos factores de cooperação sobre os elementos de competitividade, criando condições para uma paz efectiva, em lugares onde a ruptura bélica poderia parecer o desenlace mais provável.

«Trata-se de um livro de inegável interesse, que contém muita informação e um grande número de referências bibliográficas, rigoroso e didáctico»
Le Monde Diplomatique – Ed. portuguesa; Outubro 2004

Encomendas:

IPRIS – Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança

Rua Ferreira Borges, 193, 1º F, 1350-131 Lisboa — Telefone: 213867997 - E-mail: ipris@ipris.org - URL: www.ipris.org